



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volúmen 10 • Número 1 (julio 2026) • Dossier

Imperialismo y dependencia: viejo y nuevo orden mundial en transición.

A Gaiola das Américas: a Doutrina de Segurança Nacional na Pan-Amazônia entre o imperialismo e a dependência

**Karla Cunha Botelho da Silva, Cristine Nascimento de Oliveira,
Murilo Lopes Fonseca, Brenda Cardoso de Castro y Mathaus Viana Campos**

RECIBIDO: 17 de abril de 2026

APROBADO: 25 de junio de 2026

A Gaiola das Américas: a Doutrina de Segurança Nacional na Pan-Amazônia entre o imperialismo e a dependência

Karla Cunha Botelho da Silva
Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará
(UEPA); Belém, Pará, Brasil. Email: karlacbotelho28@gmail.com

Cristine Nascimento de Oliveira
Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará
(UEPA); Belém, Pará, Brasil. Email: cristine.oliveira@uepa.br

Murilo Lopes Fonseca
Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará
(UEPA); Belém, Pará, Brasil. Email: murilol196@gmail.com

Brenda Cardoso de Castro
Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do
Pará (UFPA); Belém, Pará, Brasil. Email: brenda.castro@uepa.br

Mathaus Viana Campos
Doutorando em Sociologia pela Universidade de Oklahoma (OU);
Norman; Oklahoma. Estados Unidos.
Email: mathaus.campos@ou.edu

Resumen

Este artigo analisa a difusão e a operacionalização da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na Pan-Amazônia entre 1959 e 1989, articulando-a às dinâmicas de imperialismo e dependência no contexto da Guerra Fria. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento, promovido como projeto político-ideológico pelos Estados Unidos, esteve profundamente associado a estratégias de segurança hemisférica voltadas à contenção do comunismo e à manutenção da ordem capitalista periférica. Fundamentado na Teoria Marxista da Dependência, o estudo compreende a DSN como um dispositivo histórico-institucional que conecta formação militar, circulação de doutrinas e políticas estatais de segurança e desenvolvimento. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa histórico-interpretativa, combinando revisão teórica, análise documental e process tracing. Destaca-se o papel da School of the Americas na formação de quadros militares latino-americanos e na disseminação de doutrinas contrainsurgentes, além da atuação do Brasil como polo subimperialista, responsável por adaptar e difundir a DSN na Pan-Amazônia por meio de instituições como a Escola Superior de Guerra e o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Argumenta-se que essa engrenagem institucional produziu um padrão de desenvolvimento subordinado, marcado pela militarização do território, exploração intensiva dos recursos e repressão a movimentos políticos, configurando o que denominamos a “Gaiola das Américas”.

Palabras clave: Doutrina de Segurança Nacional; Dependência; Pan-Amazônia

Abstract

This article analyzes the diffusion and operationalization of the National Security Doctrine (NSD) in the Pan-Amazon between 1959 and 1989, linking it to the dynamics of imperialism and dependency in the context of the Cold War. It is based on the premise that development, promoted as a political-ideological project by the United States, was deeply associated with hemispheric security strategies aimed at containing communism and maintaining the peripheral capitalist order. Grounded in Marxist Dependency Theory, the study understands the NSD as a historical-institutional device that connects military training, the circulation of doctrines, and state policies of security and development. Methodologically, the research adopts a qualitative historical-interpretative approach, combining theoretical review, documentary analysis, and process tracing. The article highlights the role of the School of the Americas in training Latin American military cadres and disseminating counterinsurgency doctrines, as well as Brazil's role as a subimperialist pole responsible for adapting and diffusing the NSD in the Pan-Amazon through institutions such as the Higher War College and the Jungle Warfare Training Center. It argues that this institutional apparatus produced a pattern of subordinate development marked by territorial militarization, intensive resource exploitation, and repression of political movements, configuring what we term the "Cage of the Americas."

Keywords: National Security Doctrine; Dependency; Pan-Amazon.

1. INTRODUÇÃO

A análise histórica da segunda metade do século XX costuma ser organizada em torno de duas ênfases interpretativas. De um lado, destaca-se a leitura centrada na bipolaridade geopolítica e na disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética, que estruturou a dinâmica da Guerra Fria. De outro, ganha relevo a perspectiva que privilegia a emergência do Terceiro Mundo e dos países não alinhados, engajados na construção de uma agenda própria pautada pelo anticolonialismo, pela autonomia nacional e pela superação do subdesenvolvimento (Prashad, 2007; Escobar, 1995).

A partir da década de 1950, o desenvolvimento consolidou-se como projeto político-ideológico e instrumento central da política externa dos Estados Unidos (Escobar, 1995). Situada no contexto da Guerra Fria, essa agenda assumiu um viés explicitamente anticomunista: enquanto países "subdesenvolvidos" demandavam melhorias sociais e econômicas, os Estados Unidos priorizavam a contenção de iniciativas percebidas como potencialmente desestabilizadoras para sua hegemonia. Como observa Escobar (1995, p. 34), "o medo do comunismo tornou-se um dos argumentos mais convincentes a favor do desenvolvimento".

Na América Latina, tais dinâmicas se materializaram em processos atravessados por dependência estrutural e pelo imperialismo estadunidense (Marini, 2013; Murratt, 2021), combinados a uma crescente militarização do próprio campo do desenvolvimento, no qual a relação entre segurança e progresso passou a orientar a atuação estatal. Esse enquadramento ganhou expressão institucional na chamada Doutrina de Segurança Nacional

(DSN), que consolidou o binômio segurança-desenvolvimento como eixo da formação militar e da ação das Forças Armadas na região.

Na Pan-Amazônia, historicamente marginalizada, esse enquadramento orientou políticas de integração territorial e combate a ameaças internas e externas, resultando em processos de modernização marcados pela exploração intensiva de recursos naturais e por fortes impactos sobre comunidades tradicionais (PCA, 2021; Loureiro, 2023; Weinstein, 2007). A operacionalização desse paradigma, contudo, dependeu de práticas concretas de formação e cooperação militar, que viabilizaram sua difusão e aplicação nos contextos nacionais da região.

Este artigo parte justamente dessa constatação para examinar como a formação militar, especialmente aquela articulada pelos Estados Unidos, contribuiu para a difusão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na Pan-Amazônia entre 1959 e 1989. Em vez de tratar a DSN como um conjunto fechado de ideias, interessa aqui observá-la como um dispositivo que se materializa em instituições, práticas e trajetórias de formação, entre as quais se destaca a School of the Americas (SOA), importante canal de disseminação de doutrinas militares vinculadas a projetos de modernização capitalista periférica.

O argumento que orienta a análise é que essa estrutura de formação militar foi um dos vetores centrais de difusão da DSN na região, contribuindo para a consolidação de padrões de desenvolvimento subordinado na Pan-Amazônia, articulando o que denominamos “Gaiola das Américas”. Um arranjo institucional que conecta a formação militar promovida pelos Estados Unidos, como, por exemplo, através da SOA, à doutrina aplicada nas escolas de formação militar nos países da Pan-amazônia.

Conexão que, posteriormente, se traduz em políticas estatais de segurança e processos de integração econômica. Usando o Brasil como caso, podemos observar como, em sua posição subimperialista, desencadeou outros arranjos na região. O objetivo geral, portanto, é compreender como se articula essa relação entre formação militar, circulação da DSN e produção de dinâmicas de dependência no espaço pan-amazônico.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter histórico-interpretativo, situada entre 1959 e 1989, período de consolidação e difusão da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, e centrada nos países que compõem a Pan-Amazônia — compreendida aqui como o espaço formado por Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname. A partir desse caráter, a investigação se organiza em três análises vinculadas aos objetivos específicos do estudo, cada qual apoiada em procedimentos analíticos próprios.

O primeiro eixo, de natureza teórica, utiliza de uma revisão bibliográfica da teoria marxista da dependência, especialmente das obras de autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Assim, com o objetivo de construir categorias analíticas que fundamentam esta investigação: dependência, superexploração do trabalho e subimperialismo, além de oferecer o enquadramento para compreender a Doutrina de Segurança Nacional como parte das dinâmicas estruturais do capitalismo periférico.

O segundo eixo, alinhado ao segundo objetivo específico, consiste em identificar a atuação da School of Americas (SOA) na formação militar dos países da Pan-Amazônia. Esta etapa é operacionalizada por meio de análise documental de fontes institucionais primárias. Como manuais de formação, relatórios, documentos desclassificados dos Estados Unidos, materiais de instrução vinculados a escolas militares norte-americanas. Além de relatórios de comissões da verdade e bases de dados organizadas por instituições de monitoramento, como a SOA Watch. Assim, esses dados permitem mapear a circulação de doutrinas, padrões de formação e redes de cooperação militar no contexto hemisférico da Guerra Fria.

O terceiro e último eixo consiste em explicar a internalização e a aplicação regional da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pela Pan-Amazônia, particularmente pelo Brasil. Para tal, utilizamos o método de *process tracing*, voltado a rastrear as conexões entre a formação de quadros militares; a internalização da DSN; e sua operacionalização em políticas públicas na Pan-Amazônia. Este procedimento é complementado por uma análise documental primária, incluindo manuais de formação militar, documentos institucionais da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), assim, permitindo a circulação, adaptação e operacionalização da DSN na região. Especificamente, o *process tracing* empregado neste estudo, busca reconstruir o mecanismo causal que denominamos “Gaiola das Américas”.

2. IMPERIALISMO, DEPENDÊNCIA E SEGURANÇA NA PAN-AMAZÔNIA

Autores de diferentes tradições do pensamento social versaram sobre temas como o imperialismo e a dependência influenciados pela efervescência política da Guerra Fria, marcado por eventos como o fim da Segunda Guerra Mundial, a proeminência dos Estados Unidos como potência hegemônica no continente americano, a Revolução Cubana e os processos de industrialização na América Latina com o modelo de substituição de importações (Santos, 2000), cenário bem sintetizado no discurso de Harry Truman em 1949, no qual ele trata sobre o que seriam países subdesenvolvidos e a melhor abordagem para a superação dessa condição (Prado, 2016).

Concomitantemente a esse debate, surgiram as interpretações dos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) no âmbito da ONU, tais como: Maria da Conceição Tavares, Raúl Prebisch e Celso Furtado; além dos pensadores nacionalistas do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), com nomes como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe; assim como a própria Teoria da Dependência em seu sentido mais amplo, abrangendo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

Entretanto, no plano da crítica mais contundente ao caráter da dependência, com a atualização do debate leninista do imperialismo, na América Latina se destacou a vertente da Teoria Marxista da Dependência (TMD), representada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra (Martins; Filgueiras, 2018).

A diferenciação dos debates teóricos é de fundamental importância para fins de compreender o caminho teórico-metodológico trilhado pela pesquisa. Nesse sentido, orienta-se a análise dos fundamentos da Doutrina de Segurança, suas articulações com a estrutura da dependência e o imperialismo a partir dos marcos conceituais desenvolvidos pela tradição da TMD, haja vista que esta oferece o arcabouço julgado necessário para a articulações dos fatores econômicos, políticos e militares nos planos nacional e internacional que moldaram o caráter da dependência na Pan-Amazônia a partir da DSN.

Dessa forma, há de se articular a partir dos principais teóricos e suas obras os conceitos de Dependência, Imperialismo e Subimperialismo.

2.1. O que caracteriza a dependência?

A abordagem dependentista evidencia que o sistema internacional é estruturado a partir de uma hierarquia, a qual pode ser expressa na divisão entre nações centrais e periféricas, sendo as últimas um produto do próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas, as quais utilizam dos países dependentes como reservas para reverter as tendências de queda nos lucros por meio da intensificação da exploração (Bambirra, 2019; Osório, 2018; Santos, 2011). Logo, significa dizer que a dependência é “uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual está subordinada” (Santos 2011, p. 5).

Assim, ao analisar a particularidade da dependência no capitalismo latino-americano, Marini (2022) observa que tal condição sistêmica conceituada por Theotônio dos Santos (2011) está fundamentada em aspectos sistêmicos: as trocas desiguais, a superexploração da força de trabalho e o imperialismo.

Marini (2022) ofereceu um salto qualitativo em relação a mera identificação das trocas desiguais como entraves ao desenvolvimento latino-americano, tal qual proposta pelos teóricos cepalinos - em especial Prebisch e Furtado - (Prado, 2016), indo além na interpretação das perdas no comércio internacional.

Ele demonstra que a tendencial redução dos preços de produtos primários da região em relação aos manufaturados não se traduzia em baixa inserção dos países dependentes na dinâmica internacional de comércio, mas sim em formas de intensificação da extração de mais-valia interna, devido às perdas internacionais. Dessa forma, o autor correlaciona as trocas desiguais a um efeito de compensação da perda das taxas de lucro das burguesias latino-americanas nas trocas desiguais: a superexploração.

Essa superexploração da força de trabalho, portanto, seria o mecanismo interno da economia capitalista dependente de suprir a perda de mais-valia decorrente da deterioração dos termos de troca no mercado internacional. De modo que as burguesias nacionais intensificam o grau de exploração por meio da intensidade e tempo de trabalho, além de reduzirem o consumo exigido para a reprodução do trabalho ao mínimo necessário, com fins de maximizar seus lucros. Esse aspecto se faz presente tanto nos pólos industriais da economia latino-americana (em maior intensidade), quanto no campo das economias dependentes (Marini, 2022; Osório, 2018).

De tal maneira, considerando a categorização dos autores da TMD, entende-se que a América Latina e, por consequência, a Pan-Amazônia, é inserida de forma dependente desde o século XVI no sistema internacional, “em extrema consonância com o capitalismo mundial” (Marini 2022, p. 170), ou seja, suscetível à influência de seus ciclos de acumulação pautados pelas dinâmicas econômicas dos países centrais.

Percebe-se assim que as sociedades amazônicas do século XX são inerentemente atravessadas pelas contradições da sociedade capitalista dependente, identificadas pelos teóricos marxistas latino-americanos mesmo que pouco marcadas pela dinâmica industrial crescente nos centros urbanos da região onde se debruçaram algumas das obras dependentistas (Bambirra, 2019).

Em consonância com essa análise, por exemplo, Violeta Loureiro (2005) afirma que no período em questão a Amazônia vivencia uma expansão da sua fronteira agrícola, patrocinada pelas elites nacionais do eixo industrial e pelos capitais internacionais interessados na dinâmica de dinamização de seus lucros citada anteriormente. Entende-se, portanto, que na Pan-Amazônia há um processo no qual o capital se apropria da terra e do trabalho incorporado à região no período de estímulo à modernização de sua economia

agrária (Loureiro, 2005). Tal realidade também foi percebida por Vânia Bambirra (2019) na sua análise das tipologias da dependência nas economias em industrialização na América Latina, nas quais as relações capitalistas de produção e de trabalho também se intensificaram no campo, porém, preservando elementos de maior grau de exploração e relações não assalariadas, porém úteis à extração de mais-valor.

Identifica-se então que a Pan-Amazônia enfrentou durante a Guerra Fria não o surto industrializante dependente, mas uma expansão das dinâmicas de produção funcionais a essa era industrial. Assim, tal política de promoção do capital no território amazônico passou pelo avanço de contradições próprias do capitalismo dependente, como as já citadas quedas da taxa de lucro e a superexploração do trabalho, as quais levaram ao surgimento de ebulições sociais que pressionaram os governos nacionais por políticas reformistas (Marini, 2013; Bandeira, 1978). Dessa maneira, outro elemento fundamental da estrutura dependente se apresenta: o imperialismo.

2.2. A segurança como instrumento do imperialismo na inserção dependente da Pan-Amazônia

Mesmo após os processos de independência das ex-colônias portuguesas e espanholas durante o século XIX, a relação de subalternização das jovens repúblicas - e o Brasil Império - não desapareceu, mas sim atualizou-se no (novo) imperialismo dos EUA. De uma prática ocupacionista extensiva, a influência indireta mostrou-se com mais vida útil na política internacional. A América Latina tem sido desde então uma região vital para a manutenção da dinâmica de acumulação e expansão do capitalismo, bem como da perpetuação da própria estrutura que organiza o padrão de exploração nacional dos países periféricos.

A exemplo desse fenômeno tem-se todo o processo de modernização econômica vivido com ênfase a partir dos anos 1950 por Brasil, Colômbia, Equador e Peru, em especial, orientados pelos capitais e pela ideologia do desenvolvimento formulada nos Estados Unidos (Bambirra, 2019; Prado, 2016). Esse processo foi expresso de forma mais evidente com o lançamento da Aliança para o Progresso (1961) articulada por J. F. Kennedy e que mobilizou investimentos de cerca de 20 bilhões de dólares na América Latina, ao mesmo tempo em que os EUA treinavam militarmente as Forças Armadas na região na Escola das Américas (Prado, 2016; SOA Watch, 2020).

Nesse contexto, a vinculação dessa orientação econômico-ideológica com o caráter político-militar do imperialismo é exemplificado por Ruy Mauro Marini na análise da formulação das doutrinas de contra insurgência para o combate de movimentos contestatórios

da dinâmica dependente que emergiram no século XX, em especial nos casos de Brasil e Venezuela, as quais moldam o Estado para uma mobilização de contra-insurgência constante, fechando espaços de representação política para a participação ampla e perseguindo com aparato militar-policial a organização política das classes populares (Marini, 2025).

Ao particularizar a análise da atuação do imperialismo sobre as economias dependentes, identifica-se que os Estados Unidos, sistematicamente, influíram sobre as forças armadas da América Latina com fins de que, através da repressão violenta acometida aos movimentos populares, “elevassem os interesses da burguesia à categoria de interesses nacionais e que a sua política de potência promovesse no plano internacional esses mesmos interesses” (Marini, 2025, p. 321), ou seja: que o desenvolvimento econômico dependente estivesse associado a uma frente de segurança que avançasse sobre os territórios. Essa dinâmica pode ser sintetizada na ideia do binômio segurança-desenvolvimento, promovida pela DSN e exportada para os demais países amazônicos.

Assim, Marini (2025) identifica um sistema complexo que organiza desenvolvimento (acumulação de capital) e segurança em todo o hemisfério com o objetivo de integrar em sua totalidade os Estados dependentes. Essa política, por sua vez, quando internalizada, deu origem às suas próprias doutrinas nacionais que identificavam inimigos internos ao avanço do capital, os quais haveriam de ser contidos. Nesse contexto, Marini (2025) afirma que no Brasil especial atenção foi conferida a Amazônia como fronteira de integração à dinâmica de acumulação do capital a partir do binômio segurança e desenvolvimento.

Portanto, enxerga-se no Brasil um papel singular na dinâmica da bacia amazônica, ou seja, da Pan-Amazônia; pois o país passa a não apenas consumir a doutrina de contra-insurgência americana, mas passa também a formular a partir de ideólogos da Escola Superior de Guerra, como Golbery Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, sua própria doutrina para a região.

Nessa dinâmica, o Brasil pôde ser caracterizado como um Estado subimperialista — possuindo certo grau de industrialização, capitais e capacidade militar e produtiva para se projetar para o exterior — que avançou sua doutrina de segurança a partir de expressões como as rotas de integração, a presença de capitais nacionais e transnacionais e a cooperação militar para segurança, reflexo da internalização dos interesses dos Estados Unidos e da externalização dos interesses da articulação nacional entre burguesia nacional e militares (Marini, 2025). Assim, conformando-se como um intermediário entre o imperialismo estadunidense e os países amazônicos.

O que se desenha, portanto, é um quadro no qual a segurança hemisférica não atuou apenas como mecanismo de contenção ao comunismo, mas como verdadeiro motor de inserção dependente da Pan-Amazônia no capitalismo mundial. Resta examinar, contudo, por quais instituições e mecanismos concretos essa doutrina foi difundida entre os militares latino-americanos — e como a formação hemisférica promovida pelos Estados Unidos operou na prática.

3. FORMAÇÃO MILITAR HEMISFÉRICA E DIFUSÃO DA DOCTRINA

Como tratado anteriormente, a relação dos Estados Unidos com os países da Pan-Amazônia no século XX foi marcada por uma combinação de estratégias políticas, econômicas e militares que visavam garantir estabilidade de regimes aliados e o acesso irrestrito aos recursos estratégicos da região. Uma das iniciativas mais notórias é a criação de uma instituição militar que treinou cerca de 33.147 oficiais militares latino-americanos entre 1961 e 1977 (Fernandes, 2009).

Segundo Lesley Gill (2004), a escola teve como foco as forças armadas da região por estas serem consideradas capazes de impor sistemas de ordem exigidos pelos grupos dominantes para gerir o desenvolvimento. Essa instituição era a Escola das Américas/School of Americas (SOA), uma iniciativa que não inaugurou essa prática de cooperação militar, mas que consolidou as experiências que já eram comuns nas décadas anteriores.

Evidência disso é o histórico de militares tidos como referência no período, como o já citado Golbery do Couto e Silva, que não passou pela formação na SOA, mas que foi um dos principais pensadores da contrainsurgência a partir da sua formulação da Doutrina de Segurança Nacional realizada na década de 1950, antes mesmo do golpe militar de 1964 que efetivamente aplicaria um Estado de tipo contra insurgente (Marini, 2025; Silva; Moro, 2016).

Fundada em 1946, na região do canal do Panamá, a SOA, inicialmente denominada *Latin American Training Center-Ground Division*, foi um centro de treinamento militar dos Estados Unidos que tinha a finalidade de treinar e profissionalizar as Forças Armadas de países latino-americanos (Mattos, 2013; Romero, 2024).

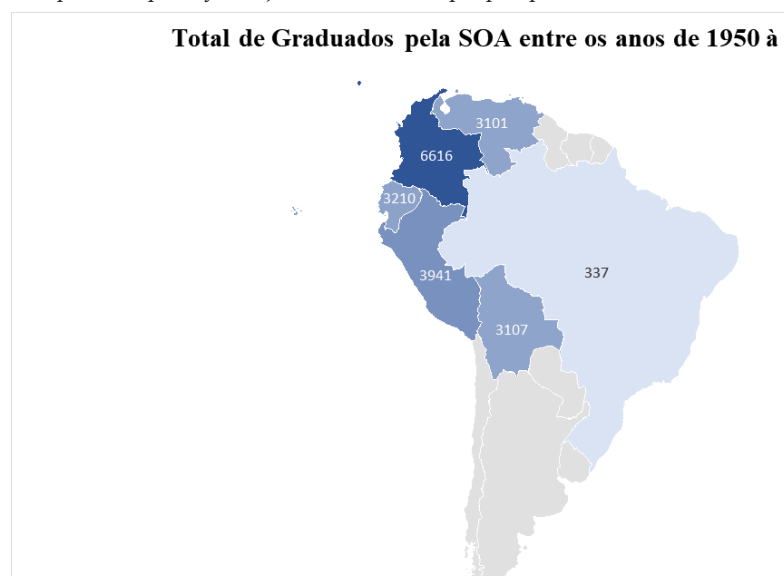
Em 1950, a instituição foi renomeada para *United States Army Caribbean School*, tendo sua sede transferida para Forte Gulick, base do exército estadunidense na mesma região, onde adotou o espanhol como língua oficial de instrução (Velarde, 2024). Segundo Mattos (2013), foi somente em 1963 que recebeu a denominação definitiva de *U.S. Army School of the Americas*, o que refletia a nova missão de combate à subversão no continente.

A estratégia de organizar os métodos de combate de contra insurgência na América Latina é percebida em documentos de cursos realizados com os de *Counterinsurgency/Counter-Resistance*; *Military Intelligence*; *Irregular Warfare*; *Psychological Operations*; *Guerrilla Warfare* e *Joint/Special Operations* (SOA Watch, 2020). Em especial no treinamento voltado para o combate de Guerra de Guerrilha, direcionava-se a ação militar para além do seu aspecto de combate violento, abordando também táticas de aproximação com a população para incorporá-los ao combate como informantes ou contribuintes de demais formas, garantindo legitimação da ação militar e desarticulação política das guerrilhas (Padrós, 2007).

Além disso, os manuais costumam atribuir ao militar a função de vetor do desenvolvimento para áreas em condição de subdesenvolvimento, participando de obras públicas como estradas, ferrovias e instalação de aparatos produtivos. Nesse sentido, ainda que não diretamente vinculados institucionalmente, o aspecto ideológico e doutrinário era compartilhado entre a formação militar norte-americana e as elaborações teóricas de Golbery e Meira Mattos, dado que estes atribuem às Forças Armadas o papel de gestor e promotor da ordem e do desenvolvimento (Freitas, 2004; Padrós, 2007).

Esses cursos foram analisados a partir da base de dados oferecida pela instituição SOA Watch (2020), a qual organiza as listas de formados na Escola das Américas de toda a América Latina. Com isso, foi possível elaborar o mapa da incidência da formação dada a oficiais nos Estados pan-amazônicos entre os anos de 1950 e 1989 (vide Mapa 1), ou seja, no período da Guerra Fria.

Mapa 1 - Mapa da formação militar na SOA por país pan-amazônico



Elaboração própria (2026). Fonte: SOA Watch (2020)

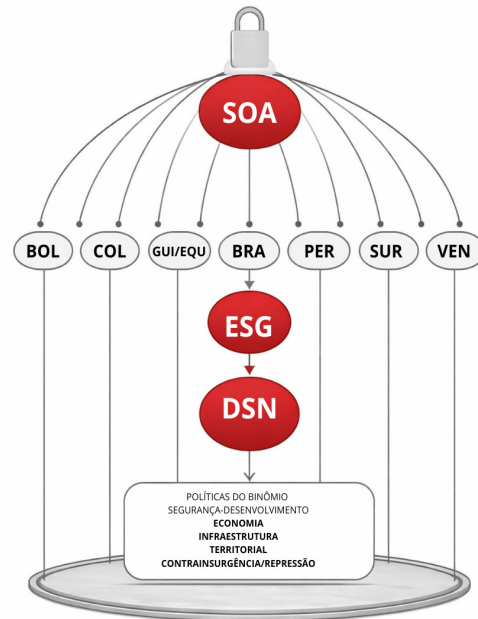
Consequentemente, ao analisar a atuação da SOA na América Latina, infere-se que a escola funcionava como um instrumento de disseminação da DSN para as elites militares e de ideologia anticomunista, servindo como ferramenta estratégica da geopolítica dos EUA para assegurar sua hegemonia hemisférica (Romero, 2024), constituindo um conceito de política externa com o propósito de reorientar a missão tradicional das forças armadas, principalmente após a Revolução Cubana em 1959 (Velarde, 2023).

Um dos principais elementos que definem essa doutrina é a noção de “inimigo interno”. Ao internalizar o conceito de guerra, a DSN transformou o próprio cidadão nacional em um alvo potencial, ou seja, qualquer movimento social, partido político ou organização, fosse estudantil, sindical ou religiosa, que contestasse a ordem estabelecida ou o sistema capitalista era rotulado como “subversivo” ou como um braço do comunismo (Mattos, 2013; Velarde 2023).

Em síntese, a Figura 1 representa o mecanismo causal que denominamos “Gaiola das Américas”, representando de forma esquemática a articulação entre formação militar, difusão doutrinária e materialização de políticas na Pan-Amazônia durante a Guerra Fria. No topo da estrutura, a formação militar hemisférica — com destaque para a atuação da School of the Americas — opera como ponto de origem de uma racionalidade estratégica que vincula segurança e desenvolvimento. Essa doutrina é internalizada pelos países pan-amazônicos e, no caso brasileiro, reelaborada e difundida regionalmente, evidenciando seu papel como polo subimperialista na circulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). As hastes da gaiola simbolizam, assim, a conexão entre os diferentes Estados da região, formalmente soberanos, mas articulados por uma mesma matriz ideológica e institucional de combate ao chamado “inimigo interno”.

Na base da estrutura, observa-se a materialização dessa engrenagem institucional em políticas concretas que articulam segurança e desenvolvimento, como projetos de infraestrutura, ocupação territorial e práticas de repressão e contrainsurgência. Nesse sentido, a “gaiola” expressa não apenas uma metáfora analítica, mas um padrão histórico de inserção dependente da Pan-Amazônia no capitalismo global, no qual a militarização do território e a exploração intensiva de recursos naturais se combinam à contenção de conflitos sociais. Trata-se, portanto, de um arranjo que evidencia como a DSN operou como dispositivo central na produção e reprodução das dinâmicas de dependência e imperialismo na região.

Figura 1 - Gaiola das Américas - process tracing da DSN na Pan-Amazônia

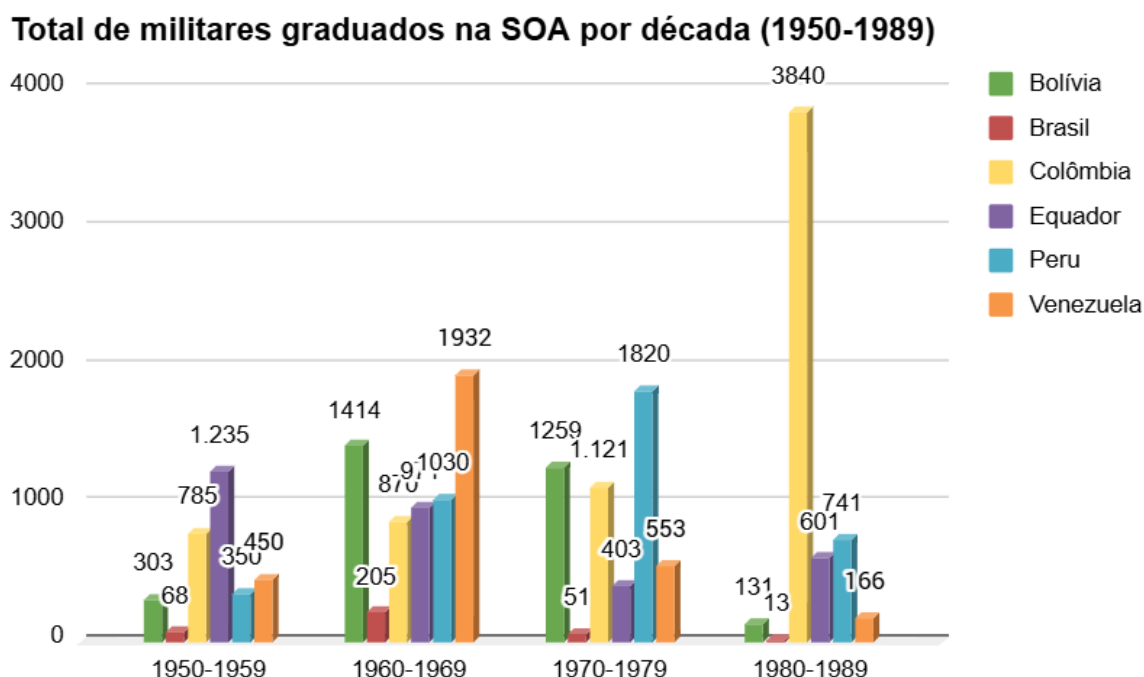


Elaboração Própria (2026).

4. O BRASIL COMO POLO DE FORMAÇÃO E A CIRCULAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

A SOA, apesar de proeminente na formação de quadros militares na Pan-Amazônia desde a década de 1950 até a década de 1980, não apresentou o mesmo quantitativo de formação de brasileiros (SOA Watch, 2020). Esse dado nos leva a questionar por qual motivo um dos principais países da região – e detentor de grande parcela do bioma amazônico – teria sido pouco priorizado em relação aos demais (vide Gráfico 1).

Gráfico 1 - Gráfico com o número total de militares graduados na SOA entre 1950 e 1989 por país da Pan-Amazônia



Elaboração Própria (2026). Fonte: SOA Watch (2020).

Argumentamos assim que o Brasil, ao exercer, ao menos desde 1964, um papel subimperialista, internalizou a doutrina militar promovida pelo imperialismo estadunidense na região e elaborou sua própria doutrina a partir de seus teóricos e instituições próprios; porém, fortemente influenciados pelos ensinamentos norte-americanos. Nesse sentido, há de se recorrer aos precedentes históricos anteriormente citados.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos aplicaram uma Doutrina de Segurança e Contra Insurgência deliberadamente voltada para a contenção do socialismo como alternativa política emergente da ordem mundial pós Segunda Guerra Mundial (Stephan, 2016). Dessa forma, o país passa a exercer influência direta sobre a América Latina a partir desse ideal de segurança expresso em ações como:

[...] o Pacto do Rio ou Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o qual estabeleceu que “um ataque armado por qualquer Estado deverá ser considerado como um ataque a todos os Estados americanos e, conseqüentemente, cada uma das partes contratantes compromete-se a auxiliar no cumprimento do [contra]-ataque” (US DEPARTMENT OF STATE, 2015b). Em 1949, Truman lançou um programa de assistência técnica para a América Latina, o Ponto Quatro (ALLAGIO, 2006, p. 39). (Stephan, 2016, p. 544).

Esse contexto geopolítico influencia, portanto, a adaptação da institucionalidade brasileira quando observamos a criação da principal escola de formação militar do país em 1949,

a Escola Superior de Guerra, a qual teve forte influência na Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, como relatado por Arruda (2013, p. 17) quando afirma que:

A viagem que, em 1948, o General César Obino, então chefe do Estado-Maior Geral – depois, Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), fez aos Estados Unidos. Diz a tradição oral da Escola que, visitando o National War College, o General Obino dissera que, no Brasil, se estava também implantando uma Escola semelhante. E os americanos gentilmente ofereceram uma Missão Militar para apoiar a implantação da nossa Escola, o que foi aceito.

Assim, é evidenciado que a criação e a fundamentação da Escola Superior de Guerra (ESG) não ocorreu de modo autônomo, e sim esteve inserida em um contexto estratégico de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, a qual utilizou os ideais estadunidenses na orientação e na formação das elites militares brasileiras (Mansan, 2017).

A Escola Superior de Guerra (ESG) tinha como um de seus princípios básicos que a “segurança nacional é uma função mais do potencial geral da nação do que do potencial militar” (Sardenberg, 1949, p. 9), ou seja, que a separação entre civis e militares era artificial, uma vez que ambos convergem no âmbito da segurança da nação. Assim, segundo o documento de diretrizes de 1949, as questões civis englobam aspectos demográficos, econômicos e financeiros, os quais são bases para o poder militar que não se sustenta sem o desenvolvimento desses pilares cívicos (Sardenberg, 1949).

Com isso, os intelectuais da ESG fundamentam sua atuação a partir de ideias que surgiram no contexto da Guerra Fria, com centralidade na DSN) e seu núcleo anticomunista. Nesse contexto, a ESG articulava a aversão ao socialismo e aos movimentos políticos marxistas como fator unificador de sua orientação ideológica com os Estados Unidos. Esse fundamento político estava, porém, vinculado como justificativa a um fundamento econômico: desenvolver econômica e militarmente o Brasil para um projeto de nação expansivo sobre seu entorno estratégico (Duarte, 2014).

Dessa forma, os vínculos ideológicos projetados pela ESG são bem expressivos nos fundamentos analisados por Duarte (2014, p. 115) em:

[...] dois objetivos estratégicos: por um lado preservar a soberania nacional no caso de algum eventual conflito regional e, por outro, defender o sistema capitalista e o Estado contra a possibilidade de uma revolução comunista. A centralidade na luta contra o comunismo fortalecia a aliança natural com os Estados Unidos, valorizado como nação amiga e líder do “Ocidente democrático e cristão”.

Assim, as Forças Armadas constituíram suas bases ideológicas com vistas a um projeto de poder dependente politicamente dos Estados Unidos, mas que buscava articular certa autonomia econômico-militar para si e para as elites no entorno brasileiro, ou seja, gestan-

do uma política de tipo subimperialista (Marini, 2013). De tal forma, segundo Coggiola (2014, p. 7) o “Exército, segunda essa lógica, deixaria de ser uma instituição do Estado (ou seja, convocado por este), sendo, ao contrário, o Estado uma projeção do Exército”, projeção essa que revelaria o caráter dependente e associado do bloco composto pelos militares e as elites nacionais com os interesses norte-americanos.

Nesse sentido, essas contradições típicas de um capitalismo de tipo dependente em etapa subimperialista, como conceituado por Marini (2013) e Bambirra (2019), podem ser expressas nas ideias de teóricos da ESG como Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. No caso de Meira Mattos e sua formulação de uma geopolítica de *Brasil Potência*, por exemplo, é conferido certo papel de polo articulador da modernização a porção pan-amazônica da América do Sul, vista como se:

“A transformação dessas regiões interiores em áreas de intercâmbio internacional, atraindo para elas transportes, comunicações, população, serviços públicos, representará um ‘toque de alvorada’ não somente no Brasil mas em todos os nossos vizinhos.” (Meira Mattos, 1977, p. 16 *Apud* Silva; Moro, 2017).

Isso sendo a atração de capitais estrangeiros para a região com a participação estatal em forma de indutor de desenvolvimento em infraestrutura com fins desta ser o plano de projeção do Brasil para os demais países da América do Sul. Todavia, a centralidade dada aos capitais internacionais vincula a pretensa estratégia geopolítica autonomista de potência aos Estados Unidos, dado que, segundo Bambirra (2019), a América Latina se estruturou na segunda metade do século XX como fronteira de integração monopólica à economia norte-americana.

Essa vinculação econômica engendrada por Mattos teria fundamentação geopolítica de Golbery a partir da análise do segundo acerca do mundo em internacional em condição de bipolaridade, o que levaria ao agravamento de ameaças externas — com foco no comunismo —, justificando a reestruturação do Estado brasileiro nacional e internacionalmente como parceiro dos Estados Unidos, porém, articulando posição de destaque frente aos vizinhos (Freitas, 2004; Silva; Moro, 2017).

De tal maneira, a influência norte-americana na ESG foi além da estrutura organizacional, e foi incorporada ao desenvolvimento social e econômico e à articulação de segurança, algo que tornava evidente a “intenção declarada de a ESG atuar não apenas no segmento militar, mas também no âmbito civil, pois entendia que ambos poderiam fornecer a ‘matéria-prima para a constituição dessa elite’” (Mansan, 2017, p. 832), ou seja, para a construção de um projeto de potência regional subimperialista, preservando seu caráter

dependente da estratégia geopolítica norte-americana de contenção do socialismo, por meio da articulação entre desenvolvimento econômico e segurança hemisférica.

Embora a documentação disponível sobre a projeção brasileira na Pan-Amazônia seja menos explícita do que no Cone Sul, o caso da Operação Condor — no qual o Brasil atuou como fornecedor de equipamentos para a rede de comunicações repressiva — demonstra um padrão mais amplo de comportamento subimperialista.

Documento da CIA de maio de 1977 revela que, entre as decisões tomadas pelos países-membros da Operação Condor, *“Brazil agreed to provide gear for ‘Condortel’ — the group’s communications network”* [CIA, 1977]. A mesma fonte primária confirma que *“the security forces of Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay, and Uruguay have for some time engaged in a formalized exchange of information on leftist terrorists”* e que *“these governments jointly carry out operations against subversives on each other’s soil”* [CIA, 1977].

As mesmas instituições formadas no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional (ESG, SNI, Forças Armadas) que articularam a participação brasileira na Condor foram também responsáveis pela formulação e difusão da doutrina de segurança para a Amazônia, sugerindo que, se a documentação sobre a região for um dia integralmente desclassificada, evidências semelhantes podem emergir.

4.1. A difusão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) nos países da Pan-Amazônia

A partir das formulações desenvolvidas no Brasil, a DSN é difundida para os países da Pan-Amazônia e se expandiu a partir de duas frentes: a militar e a econômica. Nesta seção, será dada especial atenção para o aspecto militar desenvolvido pela ESG e demais instituições, as quais revelam um processo complexo de circulação e adaptação de ideias estratégicas no contexto da Guerra Fria, fundamentadas na centralidade da segurança interna, na identificação do “inimigo interno” e na associação entre desenvolvimento e defesa (Duarte, 2014; Padrós, 2007).

Nesse contexto, observa-se no plano amazônico brasileiro a difusão do ideário da ESG por intermédio do Centro de Instrução de Guerra em Selva (CIGS), criado em 1964 e fortalecido em 1966 por Castelo Branco, sendo localizado em Manaus (Souto; Paim; Franchi, 2018). A instituição é a confirmação da ideia apresentada por Meira Mattos (1977, p. 82-83 *Apud* Duarte, 2014, p. 132) de que “Castelo Branco teve [...] o grande mérito de, chegando ao Palácio do Planalto, aplicar a metodologia da ESG no equacionamento de

nossa política”, a partir da região amazônica — central na geopolítica de *Brasil Potência* do teórico militar.

Assim, o CIGS funcionaria como um posto avançado amazônico da DSN formulada pela ESG, exercendo influência não apenas no território brasileiro, mas também para seus vizinhos. Isso corrobora com a geopolítica proposta por Golbery para a ocupação territorial e institucional do Estado brasileiro sobre a Amazônia, percebida como um vazio demográfico subdesenvolvido e vulnerável a ações externas e a subversão (Freitas, 2004).

O centro beberia de duas principais fontes: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estabelecida pela Escola Superior de Guerra (ESG) e as doutrinas de *Jungle Operations*, formuladas pelos Estados Unidos para o combate no Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, nos anos 1970, atualizadas na Guerra do Vietnã (Souto; Paim; Franchi, 2018). Desse modo, reforçou-se a vinculação ideológica que marca o pensamento e as doutrinas militares do período na região.

Com isso, a partir do ano de 1966 o CIGS passaria a receber cursos de batalha em selva, contra-insurgência e combate irregular; os mesmos cursos associados ao enfrentamento dos grupos guerrilheiros, os quais diversos militares latino-americanos passaram na School of Americas (SOA). Estes, porém, agora particulares para a realidade amazônica e combinados à estratégia geopolítica subimperialista para a região (Duarte, 2014; Freitas, 2004; Souto; Paim; Franchi, 2018).

Esses mesmos cursos passaram a ser ministrados no mesmo ano em uma instituição colombiana chamada “*Escuela de Lanceros*” (ESLAN), fundada na década de 1950, porém reatualizada com a doutrina de combate em selva vinculada a DSN. Assim, com o avançar das décadas, países como Equador, Suriname e Bolívia também criaram instituições de mesmo tipo e com elementos doutrinários semelhantes (Souto; Paim; Franchi, 2018).

O Equador em particular vivencia essa criação nos anos de 1980 ao passo que as guerrilhas de orientação marxista se fortificavam no seu bioma amazônico, vinculando os militares do país a estratégia amazônica de desenvolvimento e segurança capitaneada pelo Brasil com bases na política norte-americana (Pinargote, 2016; Souto; Paim; Franchi, 2018).

No Equador da segunda metade do século XX, dominado por militares que partilhavam de princípios muito próximos à ideia de Desenvolvimento e Segurança da ESG, a Amazônia (as províncias de Sucumbíos, Napo, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe) foi o principal cenário de aplicação das táticas de combate em selva, devido a dois motivos: a vigilância de fronteira (e conflitos com o Peru), bem como o controle de grupos

guerrilheiros equatorianos ou infiltrações de grupos colombianos, revelando-se uma aproximação de Doutrina de Segurança Nacional próxima a brasileira (Jimenez, 2023).

Figura 2 - Disposição das Escolas de Selva na Pan-Amazônia



Fonte: Souto; Paim; Franchi (2018, p. 72)

Outros Estados somente criaram instituições do mesmo gênero anos depois, a partir da década de 1990 ou 2000, porém orientados sob as mesmas bases ideológicas de combate a inimigos internos que impedem ou atrasam o desenvolvimento de uma região (Cres-tani, 2011; Padrós, 2007). As datas que marcam o surgimento das Escolas de Selva na Pan-Amazônia podem ser sumarizadas na seguinte imagem:

Figura 3 - Datas de fundação das Escolas de Selva por país da Pan-Amazônia

Escolas de Selva na Pan-Amazônica

País	Instituto	Data de Criação
Colômbia	Escola de Lanceros (ESLAN) Escola de Selva (ESSEL)	ESLAN: 06/10/1955 ESSEL: 2009- 2012
Brasil	Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)	02/03/1964
Equador	Escola de IWIAS (EIWIAS) Escola de Selva e Contra Insurgência do Exército (ESCIE)	EIWIAS: 1980 ESCIE: 1981
Suriname	Kamp Mosanto (KMS)	1994
Bolívia	Centro de Instrucción de Operaciones en Selva (CIOS)	17/01/1996
Guiana Francesa	Centro de Treinamento para a Floresta Equatorial (CEFE)	2000
Guiana	Jungle and Amphibious Training School (JATS)	2006
Peru	Escola da Selva do Exército (ESSE)	07/06/2006
Venezuela	Centro de Adestramento de Combate de Infantaria em Selva (CACIS)	01/12/2013

Fonte: Souto; Paim; Franchi (2018)

Desse modo, formou-se na Pan-Amazônia um Estado de Contra-Insurgência de motivações geopolíticas bem definidas, como vimos anteriormente com as ideias de Meira Mattos e Golbery. Esse Estado é caracterizado de tal modo por três aspectos fundamentais, segundo Marini (1978, p. 3-4), sendo estes: a percepção do “adversário como o inimigo que não só deve ser derrotado, mas aniquilado, isto é, destruído, o que implica ver a luta de classes como uma guerra e implica, então, a adoção de táticas militares e métodos de luta”; além da percepção do “processo revolucionário como subversão causada por uma infiltração do inimigo”, e não originado das contradições nacionais de determinada sociedade; e por fim a “tentativa de restabelecer a saúde do organismo social infectado, isto é, da sociedade burguesa sob sua organização política parlamentar e liberal”.

Assim, o Estado de contra-insurgência “propõe explicitamente a restauração da democracia burguesa, após o período de exceção representado pelo período de guerra” (Marini, 1978, p. 4). Nesse sentido, a conceituação desse tipo particular de Estado que surge com a adoção da DSN, e que se articula com o conceito de subimperialismo, é a descrição dos principais fundamentos políticos característicos das teorizações de Golbery e Meira Mattos acerca da Segurança Nacional. Entretanto, não apenas de caráter político se sustenta tal doutrina, pois seu elemento econômico que articulou o padrão de dependência estabelecido no século XX na região amazônica é um dos pilares centrais. Isso, então, será abordado na seção seguinte.

5. AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA ESTRATÉGICA: AQUI VENCEMOS A FLORESTA

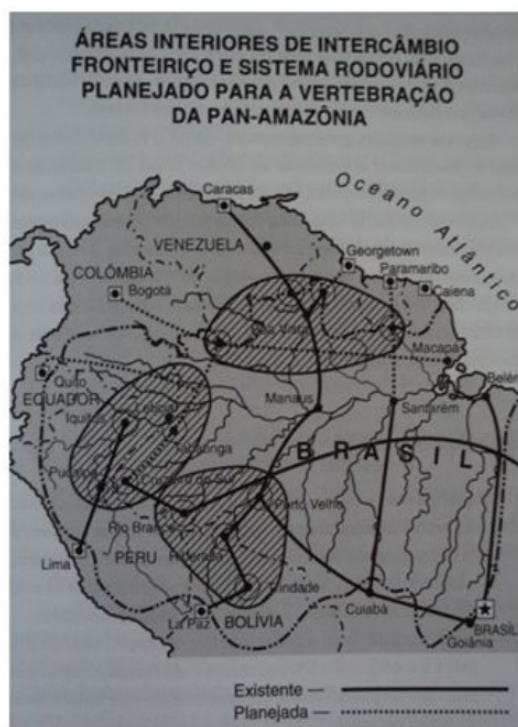
A materialização da Doutrina de Segurança Nacional na Amazônia ocorreu através de articulações entre políticas de desenvolvimento econômico, militarização e apropriação territorial, sintetizadas no binômio segurança-desenvolvimento. Com isso, a ocupação na região amazônica foi sustentada pela ideologia de segurança nacional e pela necessidade de ocupar o “vazio demográfico”, portanto, segundo Loureiro (2019, p. 73), “a ocupação da Amazônia teve sempre 2 vetores: o econômico - aliança e apoio ao capital; e o geopolítico - defesa da fronteira e ocupação do ‘vazio demográfico’”.

A articulação entre os vetores econômico e geopolítico na política de apoderamento da Amazônia se manifestou como uma simbiose, na qual a segurança nacional servia de justificativa ideológica para a expansão do capital (Loureiro, 2019). O vetor econômico se baseava na atração de investimentos e grandes capitais por intermédio de incentivos estatais, algo que é expresso por Loureiro (2023, p. 39) em:

[...] grandes capitais nacionais e multinacionais começam a se instalar na região, tendo em vista a exploração de seus abundantes recursos naturais. Eles se beneficiaram de uma política desenvolvimentista, propiciadora da acumulação e da concentração do capital, já que o Estado facilitava a transferência da natureza e de seus bens para os grupos econômicos que aí pretendiam investir.

Esse fator, o qual já havia sido trabalhado por Meira Mattos no seu projetos de áreas de intercâmbio fronteiriço na Pan-Amazônia, que realizaria a atração dos capitais monopolistas centrais — com foco para os Estados Unidos — por meio das grandes obras de infraestrutura fundamentadas na expansão fiscal do Estado desenvolvimentista (Silva; Moro, 2016). Essa proposição está expressa no seguinte esquema visual:

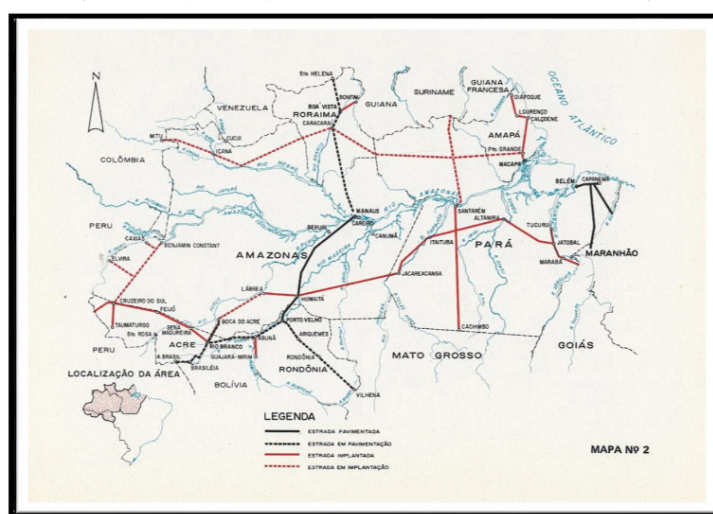
Figura 4 - Áreas e rotas de integração rodoviária da Pan-Amazônia em Meira Mattos



Fonte: Silva; Moro (2016)

Essa teorização, por sua vez, encontrou expressão material na política adotada pela ditadura, como discorreu Loureiro em sua obra “Amazônia: Estado, Homem, Natureza” (2019). Desse modo, integraram-se os polos industriais do sudeste brasileiro, recheados pelo capital internacional, com a região Amazônica através do “Ciclo das Estradas” (Loureiro, 2023), como a rodovia Belém-Brasília e a Transamazônica, segundo mostrado no seguinte mapa:

Figura 5 - Mapa da infraestrutura rodoviária na Amazônia Legal



Fonte: Campos (2025)

Nesse contexto, Loureiro (2005) observa a estruturação de um modelo particular de desenvolvimento que é levado à região. Um modelo que não somente oferta recursos para os polos industriais do sudeste brasileiro, mas que amplia a porção agrária do capital e moderniza relações capitalistas de produção no próprio campo amazônico.

A modernização produtiva, todavia, está inserida na dinâmica do capitalismo dependente, no qual a superexploração é fundamento. Nesse sentido, a autora afirma que:

A partir de 1970, vão dominando crescentemente as madeiras e a criação de gado para os mercados interno e externo. Ora, ambas as atividades, quando praticadas de forma desordenada como na Amazônia, são altamente predatórias da natureza e exigem grandes extensões de terra. Como os produtos dessas duas atividades são exportados para o mercado interno e para exterior sob a forma de semi-elaborados, ambas geram poucos empregos. Além disso, para se implantarem, foram desalojando milhares de famílias que antes viviam como ribeirinhos nas terras hoje ocupadas por esses fazendeiros e madeireiros (grileiros ou não). E mais, a internalização de renda na região é baixa, justamente porque os produtos não recebem beneficiamento industrial e a concentração de renda em ambas as atividades é elevada (Loureiro, 2007, p. 85).

Esse mesmo modelo descrito por Loureiro (2005) é também identificado em demais países como Peru, Equador e Colômbia, como afirma Campaña (2023, p. 111) que:

Al penetrar en el aparato argumentativo de los planificadores entre 1968 y 1978 se distingue una red de conceptos preliminares que incidió en su visión y su forma de diseñar la selva amazónica. Aunque ciertos de estos puntos de partida eran compartidos entre estos planificadores, en la Amazonia existían dos tendencias para diseñar su desarrollo. Mientras que en Brasil, Ecuador y Perú predominó la creación de polos

de desarrollo urbano en la selva y se acogieron las recomendaciones propuestas por la cepal, en contraste, la planificación de la Amazonia colombiana estuvo marcada por la propuesta de modernizar la agricultura a partir de los modelos recomendados por el bid y el Banco Mundial, que guiaron el proyecto de colonización en la intendencia del Caquetá y el actuar del incora en la comisaría del Putumayo

Nesse caso, o autor traz um aspecto adicional para esse modelo de caráter dependente: a presença do capital internacional por meio de instituições multilaterais fundadas no contexto de hegemonia norte-americana do pós Segunda Guerra Mundial.

De tal maneira, ao articular os vetores econômico e geopolítico do binômio Segurança-Desenvolvimento que expressava a DSN na Pan-Amazônia, os Estados Unidos, passaram a exercer sua hegemonia sobre a região por mecanismos distintos que iam além do aspecto militar, como por meio de vetores econômicos, construídos após a Segunda Guerra Mundial, os quais se destacam: as instituições de Bretton Woods; Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), especificamente (Gill, 2004).

Segundo Prashad (2020), essas instituições seriam os mecanismos principais do imperialismo americano — complementado com as intervenções militares —, pois garantia na América Latina e, em especial na Pan-Amazônia, a adoção de políticas econômicas que enfraqueceram a autonomia dos países e os integraram de forma dependente da economia estado-unidense a um modelo primário-exportador de uso extensivo da terra, o qual, por conseguinte, perpetuou e agravou os conflitos territoriais da região (Marini, 2013; Milhomens; Gohn, 2018; Prashad, 2020)

Assim, a política externa estadunidense, conforme expresso por Romero (2014, p.303) “sempre foi muito mais importante que o sofrimento do povos que se submetem” e, portanto, a violência se tornou justificável e viável para atender interesses imperialistas e de segurança, o que, posteriormente, configurou o binômio Segurança-Desenvolvimento e foi responsável pelas intervenções de cunho militarista e econômico ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, como a repressão ao movimento Sendero Luminoso, no Peru, e o Plano Colômbia, elaborado pelos Estados Unidos para interferir no país amazônico (Ramírez, 2001).

Diante do cenário de militarização, intervenções externas subsequentes e piora na qualidade de vida e no aspecto socioeconômico da Pan-Amazônia, foi consolidado um modelo político-econômico que instaurou o avanço contínuo da fronteira agrícola na região por meio da distribuição de terras, mas sem a contestação do modelo latifundiário pré-exis-

tentes. Este modelo adotado pela política de desenvolvimento e de segurança viria a ocasionar a consolidação da monocultura, a elaboração de megaprojetos de infraestrutura e o desgaste ambiental da região, bem como reforçar desigualdades sociais e a superexploração (Chirif; García, 2011; Fernando, 2009; Rivera, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu de um duplo movimento interpretativo sobre a segunda metade do século XX: de um lado, a disputa geopolítica estruturada pela bipolaridade sistêmica; de outro, a emergência de projetos políticos alternativos, “não alinhados”, que reorganizaram as reivindicações do chamado Terceiro Mundo. No caso da América Latina, essas dinâmicas se materializaram em processos atravessados por dependência estrutural e imperialismo estadunidense, combinados a uma crescente militarização do campo do desenvolvimento, no qual a Doutrina de Segurança Nacional consolidou o binômio segurança-desenvolvimento como eixo da ação estatal.

No interior desse cenário histórico, a América Latina — e em particular a Pan-Amazônia — aparece como uma formação periférica situada em um nível ainda mais profundo de subordinação: uma periferia dentro da periferia, atravessada simultaneamente pela hierarquia do sistema mundial e por dinâmicas internas de dependência historicamente constituídas.

Argumenta-se que a dependência não constitui uma condição externa aos países da Pan-Amazônia, mas um mecanismo interno estruturante do próprio capitalismo periférico. Como demonstrado na seção teórica, a superexploração da força de trabalho e as trocas desiguais não aparecem como disfunções do sistema, mas como elementos funcionais de sua reprodução. A Doutrina de Segurança Nacional, nesse sentido, opera como um dispositivo histórico de articulação entre segurança, desenvolvimento e acumulação capitalista, integrando a região à dinâmica do imperialismo por meio de instituições, redes de formação e práticas estatais.

Sua eficácia não reside apenas na formulação conceitual, mas na materialização em estruturas concretas de poder, especialmente na formação militar hemisférica. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a formação militar como principal mecanismo de difusão e internalização da doutrina na Pan-Amazônia.

Nesse processo, a School of the Americas (SOA) aparece como um dos principais canais de difusão da DSN no continente, funcionando como espaço de padronização doutrinária, circulação de oficiais e disseminação da lógica do “inimigo interno”. A análise dos ma-

nuais, cursos e trajetórias formativas evidencia a consolidação de uma gramática militar comum, na qual segurança nacional e desenvolvimento econômico são articulados como dimensões inseparáveis da governabilidade periférica. A contrainsurgência, nesse sentido, não é apenas uma técnica militar, mas uma racionalidade de Estado voltada à gestão das contradições sociais do capitalismo dependente.

No entanto, a investigação também revela que essa circulação não se dá de forma linear ou unilateral. O caso brasileiro é particularmente elucidativo nesse sentido. Embora o país tenha tido participação relativamente reduzida na formação direta na SOA em comparação com outros Estados da Pan-Amazônia, ele ocupa uma posição central na produção, adaptação e difusão regional da DSN. A existência de instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) evidencia que houve um processo anterior de internalização seletiva da doutrina estadunidense, seguido de sua reconfiguração em chave própria.

Esse movimento indica que a difusão da DSN deve ser compreendida menos como imposição externa e mais como um processo de compatibilidade estrutural entre projetos de poder. As elites militares brasileiras não apenas receberam uma doutrina pronta, mas participaram ativamente de sua tradução, adaptação e reexportação para o espaço regional. Esse ponto é central para a interpretação aqui proposta, pois desloca a análise de uma lógica estritamente centro-periferia para uma dinâmica mais complexa de mediação, apropriação e projeção.

É nesse ponto que a noção de subimperialismo, formulada por Ruy Mauro Marini, se torna indispensável: o Brasil aparece como uma formação periférica que, ao mesmo tempo em que mantém sua condição de dependência estrutural frente ao capitalismo central, exerce funções de intermediação e projeção de poder sobre sua região circundante. A difusão da DSN na Pan-Amazônia, especialmente por meio de escolas de selva, manuais operacionais e doutrinas de combate adaptadas ao ambiente amazônico, constitui uma das expressões mais claras dessa posição intermediária.

A análise empírica apresentada ao longo do artigo permite observar como essa articulação se materializa em diferentes escalas. No plano institucional, por meio da circulação de oficiais, cursos e doutrinas militares. No plano territorial, através da militarização da Amazônia como fronteira estratégica. E no plano econômico, pela expansão de projetos de infraestrutura, abertura de rodovias, incentivo à entrada de capitais nacionais e estrangeiros e reorganização das formas de exploração do trabalho. Em todos esses níveis, a lógica que se impõe é a do binômio segurança-desenvolvimento, no qual a gestão da ordem social é inseparável da reprodução das condições de acumulação do capital.

Nesse sentido, a Pan-Amazônia emerge como um espaço privilegiado de observação das contradições do capitalismo dependente. A região é simultaneamente integrada ao mercado mundial como fornecedora de recursos naturais e submetida a um processo contínuo de militarização e controle territorial. A superexploração da força de trabalho, as trocas desiguais e a expropriação de populações tradicionais não são efeitos colaterais desse processo, mas parte constitutiva de seu funcionamento estrutural, como indicado pela tradição da Teoria Marxista da Dependência.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que a difusão da DSN e sua materialização na região não podem ser compreendidas apenas como imposição externa ou engenharia geopolítica estadunidense. Há um nível importante de autonomia relativa das formações nacionais, especialmente das forças armadas, na adaptação e operacionalização dessas doutrinas. Isso implica reconhecer que o funcionamento do sistema não depende apenas de coerção externa, mas também de interesses internos convergentes, elites locais e capacidades institucionais próprias de formulação e execução.

Essa dimensão reforça o argumento de que a dependência deve ser entendida como um mecanismo interno estruturante do capitalismo periférico, e não como uma simples relação externa entre Estados. Trocas desiguais, superexploração e dispositivos de segurança não são esferas separadas, mas elementos articulados de uma mesma racionalidade histórica. A DSN, nesse quadro, opera como tecnologia de mediação entre economia e política, convertendo conflitos sociais em problemas de segurança e reorganizando o território como espaço de gestão estratégica do capital.

Do ponto de vista empírico, a pesquisa identificou um conjunto consistente de evidências institucionais dessa circulação: documentos militares, manuais de formação, registros de escolas, relatórios desclassificados e bases de dados de organizações de monitoramento. Esses materiais permitem reconstruir parte significativa da arquitetura formal de difusão da doutrina. No entanto, também revelam um limite estrutural inevitável: uma parte decisiva desse processo ocorre fora do registro documental, por meio de transmissões orais, práticas incorporadas e redes informais de formação entre oficiais.

Esse elemento não documentado não deve ser entendido como ausência de dado, mas como parte constitutiva do próprio funcionamento da doutrina. A eficácia da DSN depende justamente de sua incorporação como prática cotidiana, reproduzida intergeracionalmente dentro das instituições militares. Nesse sentido, aquilo que não aparece nos arquivos não é marginal, mas central para a reprodução do fenômeno analisado.

Outro limite relevante diz respeito à desigualdade de fontes entre os países da Pan-Amazônia. Enquanto alguns Estados possuem maior volume de documentação pública e relatórios de comissões da verdade, outros permanecem com menor acesso a registros históricos, o que restringe a reconstrução completa das redes regionais de circulação da doutrina. Ainda assim, os padrões identificados são suficientemente consistentes para sustentar a existência de um campo regional estruturado de difusão da DSN.

Em termos analíticos, a contribuição central deste artigo é evidenciar que a formação militar não é um elemento periférico ou técnico dentro da história da Pan-Amazônia, mas um dos principais mecanismos de produção da própria ordem regional. Ao conectar instituições, doutrinas e práticas estatais, a pesquisa permite compreender como a segurança se torna uma forma de organização do território e da economia, e como o desenvolvimento se converte em linguagem legitimadora da expansão do capital sob condições de dependência.

A proposta conceitual da “Gaiola das Américas” busca justamente nomear esse arranjo. Não se trata de uma metáfora decorativa, mas de uma tentativa de captar um mecanismo histórico concreto: um sistema de formação, circulação e aplicação de doutrinas que articula níveis locais, regionais e hemisféricos em uma mesma racionalidade de controle e acumulação. A “gaiola” não é externa à região; ela é produzida e reproduzida por suas próprias instituições em interação com estruturas globais de poder.

Por fim, o que este estudo evidencia é que a Pan-Amazônia não pode ser compreendida apenas como espaço geográfico ou conjunto de Estados nacionais, mas como um campo histórico de disputas em que segurança, desenvolvimento e dependência se entrelaçam de forma estrutural. A DSN não é apenas uma doutrina do passado, mas uma chave de leitura para compreender como formas contemporâneas de gestão territorial e econômica continuam a operar sob lógicas herdadas da Guerra Fria, ainda que reconfiguradas.

REFERÊNCIAS:

- ARRUDA, Antônio de. A Escola Superior de Guerra. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Nº 1, Vol. I, Dez.83. 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Civilização Brasileira, 1975.
- CAMPAÑA, Pablo. La mirada estatal de la Amazonia: la planificación de la selva en Brasil, Colombia, Ecuador y Perú entre 1968-1978. *Historia Crítica*, 88, abr. 2023.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os projetos de infraestrutura da ditadura brasileira na Amazônia – avanço de capitais, geopolítica, elevada exploração da força de trabalho e violência contra povos tradicionais. *Revista Austral de Ciencias Sociales (Número Especial)*: 229-262, 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). Memorandum / Intelligence Report on Operation Condor Communications Network ("Condortel"). May 1977. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/document/05861527>

CHIRIF, Alberto; GARCÍA, Pedro. Organizaciones indígenas de la amazonía peruana - Logros y desafíos. In: BETANCOURT J, Ana Cecilia. (editora). MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA-Resistencia y nuevos modelos de integración. IWGIA - Debates, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. O Ciclo Militar na América do Sul. Blog da Boitempo. 2014.

CRESTANI, Leandro de Araujo. O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). Political History and Politics in History, v. 5 n. 9. 2011.

DUARTE, Luiz Claudio. Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do Ocidente: do júbilo ao desconforto. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 114-134, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2014v15n22p114>. Acesso em: 11 abr. 2026.

ESCOBAR, Arturo. Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton University Press, 1995.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, Universidade Estadual de Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026767> >. Acesso em 2 abr. 2026.

FERNANDO, Luís (tradução). La amazonía: Historia, economía, movimientos sociales, y Leyes. Belém: Fórum Social Mundial - Amazônia, 2009.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GILL, Lesley. The School of the Americas: military training and political violence in the Americas. Durham: Duke University Press, 2004.

JIMENEZ, Roberto. EL SISTEMA DE SEGURIDAD EN EL ECUADOR. Revista de la Academia del Guerra del Ejercito Ecuatoriano. Abr. 2023.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: Estado, Homem, Natureza. Belém: Cultural Brasil, 2019

LOUREIRO, Violeta. A questão fundiária na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II: Estudos Avançados. v. 19, n. 54, ago. 2005.

LOUREIRO, Violeta. Caminhos e descaminhos da Amazônia: Em busca do desenvolvimento - acertos, erros e possibilidades. Manaus: Editora Valer, 2023.

MANSAN, J. V.. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988). Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, p. 826-850, jul. 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESSAFIOS DO SÉCULO XXI. Salvador: Cadernos CRH, v. 31, n. 84, p. 445-449, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Geopolítica Latino-Americana. In: PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo (org.). Dependência e Revolução na América Latina: Textos Seleccionados. São Paulo e Florianópolis: EdUnila e Expressão Popular, 2025.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contra Insurgência. Ciudad de México: Cuadernos Políticos, n. 18, out.-dez. pp. 21-29. 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MATTOS, Dias Dionysious de. A infame academia: A história da escola das Américas sob a doutrina

de segurança nacional na América Latina (1959-1989). Monografia de Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MILHOMENS, José; GOHN, Maria da Glória. MOVIMENTOS SOCIAIS E AMAZÔNIA: DA DITADURA CIVIL-MILITAR AOS GRANDES PROJETOS DA ATUALIDADE. Cadernos CERU, série 2, vol. 29, n. 2, dez. de 2018.

MURRATT, Bernardo Schirmer. Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil. Revista Fim do Mundo, nº 6, set/dez 2021.

OSÓRIO, Luiz Felipe. Imperialismo, Estado e Relações Internacionais. Editora Ideias e Letras, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. Outros Tempos, Vol. 1, 2007, p. 13-31. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/358/294. Acesso em: 12 abr. 2026.

PINARGOTE, Alba Moreira. De la lucha armada a la participación democrática: M19, AVC y Sendero Luminoso. ANALYSIS, v. 19, nº 1, p. 1-24, 2016.

PRADO, Fernando Correa. Ainda sobre as questões do desenvolvimento. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 45, out-dez. 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/89>. Acesso em: 14 abr. 2026.

PRASHAD, Vijay. Uma história dos povos do Terceiro Mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

RAMÍREZ, María Clemencia. Entre el Estado y la guerrilla: identidad y ciudadanía en el movimiento de los campesinos cocaleros del Putumayo. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2001.

RIVERA, William Villa. El movimiento social indígena colombiano entre autonomía y dependencia. In: BETANCOURT J, Ana Cecilia. (editora). MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA-Resistencia y nuevos modelos de integración. IWGIA - Debates, 2011.

ROMERO, Rafael. ¿Escuela de las Américas o Escuela de Violadores de Derechos Humanos? Estudios Centroamericanos, vol. 69, n. 73, 2014.

SILVA, Jussaramar Goulart da; MORO, Nataniél Dal. Geopolítica e fronteira oeste: Diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. Revista Political Science, 2017.

SARDENBERG, Idílio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. Revista da Escola Superior de Guerra. 1949.

SANTOS, Theotonio Dos. A Estrutura da Dependência. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1 n. 30, out. 201.

SANTOS, Theotonio Dos. Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas – Obras Escolhidas Volume 1. Editora Insular, 2000.

SOUTO, Juan Carlos F.; PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro. Revista Brasileira de Estratégia e Defesa. v. 5, nº 2, jul.-dez. p. 61-86, 2018.

STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947- 1969). Conjuntura Global, vol. 5 n. 3, set.-dez, p.537-565. 2016.

VELARDE, Oscar Vargas. El Cierre De La Escuela De Las Américas En Panamá. Anuario de Derecho, n. 53, p. 17-75, 2024.

WEINSTEIN, Barbara. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 45, pp. 153-176. set de 2007.